

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 155.884 - AM (2017/0320867-3)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
EMBARGANTE : MARCOS CELSO DE LIMA E OUTROS
ADVOGADOS : FRANCISCO DOS SANTOS BARBOSA - SP124279
LEOLINO CARDOSO DA SILVA NETO E OUTRO(S) - SP132746
DANILO MENDES MIRANDA - SP114457A
EMBARGADO : VIAÇÃO CAMPO LIMPO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGADO : VIAÇÃO BARÃO DE MAUÁ LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGADO : EMPRESA AUTO ONIBUS SANTO ANDRE LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGADO : VIACAO CIDADE DE MAUA LTDA - ME - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : DANIEL DE SOUZA GÓES - SP117548
ILMA ALVES FERREIRA TORRES - SP153039
LUCIANA DALLA SOARES - SP148031
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 6A VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO DE MANAUS - AM
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 25A VARA CÍVEL DE SÃO PAULO - SP

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. **INCIDENTE MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.**

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência em que são suscitantes VIAÇÃO CAMPO LIMPO (VIAÇÃO CAMPO LIMPO), VIAÇÃO BARÃO DE MAUÁ LTDA. (VIAÇÃO BARÃO), EMPRESA AUTO ÔNIBUS SANTO ANDRÉ LTDA (EMPRESA SANTO ANDRÉ), VIAÇÃO CIDADE DE MAUÁ LTDA (VIAÇÃO MAUÁ) - todas em recuperação judicial -, tendo como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO DE MANAUS/AM e o JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DE SÃO PAULO/SP.

Noticiam os autos que foi deferido o pedido de recuperação judicial de 33 (trinta e três) empresas dentre elas as suscitantes, pelo JUÍZO DE DIREITO DA 6ª

Superior Tribunal de Justiça

VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO DE MANAUS/AM, aos 10/12/2012, com a determinação da suspensão de todas as ações e execuções contra as empresas e seus sócios.

As suscitantes narraram que tramitou na Justiça paulista ação de indenização por danos morais promovida por MARCOS CELSO DE LIMA E OUTROS (MARCOS e outros) que se encontra em fase de execução.

Aduziram, ainda, que o Juízo da 25ª Vara Cível de São Paulo/SP proferiu decisão aos 3/5/2016 desconsiderando a personalidade jurídica da suscitante, incluindo no pólo passivo da execução da VIAÇÃO BARÃO. Aos 28/3/2017, também foram incluídas a EMPRESA SANTO ANDRÉ e a VIAÇÃO MAUÁ.

Além disso, rejeitou pedido de suspensão da execução, de modo que os exequentes buscassem a satisfação de seu crédito mediante habilitação.

Afirmaram, daí, a incompetência da justiça laboral para prosseguir em atos que representem medidas capazes de inviabilizar o processo de recuperação judicial já em andamento.

O pedido de concessão da medida liminar foi indeferido (e-STJ, fls. 99/102).

Os interessados, MARCOS e outros, apresentaram impugnação ao conflito e manifestação (e-STJ, fls. 122/134 e 457/574).

Solicitadas informações, foram elas prestadas às e-STJ, fls. 295/312 e 313/317).

O Ministério Público Federal opinou pela declaração de competência do juízo do soerguimento (e-STJ, fls. 333/336).

O conflito foi conhecido para declarar competente o Juízo da recuperação judicial, em decisão monocrática assim ementada:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INCIDENTE MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO CÍVEL. CRÉDITO SUPERVENIENTE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. (e-STJ, fl. 577)

Contra essa decisão foram opostos os presentes embargos de declaração sustentando que o julgado é omissivo porque deixou de se pronunciar sobre (1)

Superior Tribunal de Justiça

a ausência de expressa divergência entre os juízos suscitados; e (2) a impossibilidade de utilizar o conflito de competência como sucedâneo recursal (e-STJ, fls. 591/594).

É o relatório.

DECIDO.

Os embargos devem ser rejeitados.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

O recurso em análise se constitui em tentativa de se alterar o julgado, pelo simples fato de não ter sido favorável, o que não se admite na via dos aclaratórios.

Os embargos de declaração constituem recurso de estreitos limites processuais, somente sendo cabíveis nas hipóteses previstas no art. 1.022 do NCPC, ou seja, para sanar omissão, contradição, obscuridade ou corrigir erro material no acórdão, o que não ocorreu no caso presente.

A mera veiculação de inconformismo não é finalidade a que se prestam.

Nesse sentido, confirmam-se os precedentes:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Rejeitam-se os embargos declaratórios quando, no acórdão embargado, não há nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015.

2. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp 214.812/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, julgado em 19/5/2016, DJe 24/5/2016 - sem destaque no original)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

Superior Tribunal de Justiça

1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de meramente dar efeito modificativo ao recurso.

2. **No caso dos autos não ocorre nenhuma das hipóteses previstas no artigo 1.022 do novo CPC, pois o acórdão embargado apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.**

3. Na presente hipótese, ficou claro no aresto embargado que a alegação de desídia da parte ora embargada, que teria deixado de apresentar a procuração da parte contrária no momento da interposição do agravo de instrumento na origem (art. 525, I, do CPC/73), foi veiculada em momento inoportuno de modo a caracterizar inovação recursal.

4. Ao STJ não é permitido interferir na competência do STF, sequer para prequestionar questão constitucional suscitada em sede de embargos de declaração, sob pena de violar a rígida distribuição de competência recursal disposta na Constituição. (EDcl no AgRg no AREsp 305.582/DF, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 6/6/2013, DJe 13/6/2013).

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp 817.655/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 19/5/2016, DJe 27/5/2016 - sem destaque no original)

Sob o pretexto de que há ponto omissivo na decisão embargada, MARCOS e outros pretendem, por via transversa, alterar o resultado da decisão para que não seja conhecido o conflito.

No entanto, a decisão embargada consignou que *o crédito derivado de atos praticados em período anterior ao pedido de recuperação judicial, concursal, portanto, deve se submeter à forma de satisfação preconizada perante o Juízo universal, a despeito de a decisão condenatória eventualmente ter sido proferida e/ou transitada em julgado em momento posterior.*

Ainda, ficou decidido que *a concentração de ações no juízo do soerguimento ocorre para preservar o plano de recuperação ou o procedimento de falência da empresa, cabendo àquele juízo distribuir os créditos de modo a respeitar as classes de credores e possibilitar a continuidade da atividade empresarial ou a preservação e otimização do uso produtivo do patrimônio da empresa falida, conforme previsto nos arts. 47 e 75 da Lei nº 11.101/051.*

Superior Tribunal de Justiça

Não há que se falar em ponto omissso no acórdão quanto a ausência de expressa divergência entre os juízos suscitados ou a impossibilidade de utilizar o conflito de competência como sucedâneo recursal porque tais questões impeditivas do conhecimento do conflito não foram verificadas na hipótese presente.

Com efeito, a competência do Juízo do soerguimento foi fixada para decidir sobre os atos disposição patrimonial da recuperanda, ainda que, conforme o caso, apenas para avaliar a essencialidade do bem sujeito a constrição para que a recuperação perseguida logre sucesso.

Em suma, a pretensão desborda das hipóteses de cabimento dos aclaratórios, previstas no art. 1.022 do NCPC.

Nessas condições, **REJEITO** os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator